

# INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: O PROGRAMA CAPES PRINT (2018-2022)

*Bruno Layson Ferreira Leão\**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

<https://orcid.org/0000-0003-1259-9826>

*Fabiana Araújo Nogueira\*\**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

<https://orcid.org/0000-0002-3378-2841>

*Alda Maria Duarte Araújo Castro\*\*\**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

<http://orcid.org/0000-0001-6740-6257>

## RESUMO

O artigo analisa as políticas de internacionalização da pós-graduação com foco no Programa Institucional de Internacionalização – Programa CAPES-PrInt. Tem como pressuposto que o Programa é uma estratégia de indução da Capes, em um contexto de políticas de ajuste fiscal e de aproximação de algumas universidades brasileiras ao conceito de Universidade de Classe Mundial, difundido pela OMC e Banco Mundial. Trata-se de um estudo exploratório no qual se realizou os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica; análise de documentos pertinentes à criação do Programa Capes Print; e dados referentes às bolsas concedidas e aos recursos investidos nos anos de 2018 e 2022. O estudo conclui que o Programa Print é altamente seletivo; beneficia os Programas mais bem-conceituados do Sistema Nacional de Pós-graduação do país, aumentando, cada vez mais, as assimetrias regionais. Não atende, portanto, às demandas de internacionalização da pós-graduação brasileira no seu conjunto.

**Palavras-chave:** Política da educação. Educação superior. Internacionalização da educação. Pós-graduação.

## ABSTRACT

### INTERNATIONALIZATION OF POSTGRADUATION IN BRAZIL: THE CAPES PRINT PROGRAM (2018-2022)

The article analyzes postgraduate internationalization policies focusing on

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Bolsista CAPES DS. E-mail: [bruno.leao.098@ufrn.edu.br](mailto:bruno.leao.098@ufrn.edu.br).*

\*\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Mestra em Educação e Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista CAPES DS. E-mail: [fabiaaraujo25@gmail.com](mailto:fabiaaraujo25@gmail.com).*

\*\*\* Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [aldacastro01@hotmail.com](mailto:aldacastro01@hotmail.com).*

the Institutional Internationalization Program – CAPES-PrInt Program. Its assumptions are that the Program is a Capes induction strategy, in a context of fiscal adjustment policies and the approximation of some Brazilian universities to the concept of World Class University spread by the WTO and the World Bank. That's an exploratory study in which the following procedures were carried out: a bibliographic review, an analysis of documents relevant to the creation of the Capes Print Program and data regarding the international mobility provided by the program between the years 2018 and 2022. The study concludes that the Print Program is highly selective, insofar as it benefits the most highly regarded Programs of the National Postgraduate System in the country, increasing regional asymmetries, not meeting, therefore, the demands for internationalization of Brazilian postgraduate courses as a whole.

**Keywords:** Educational policies. Higher Education. Internationalisation of education. Postgraduate studies.

## RESUMEN

### INTERNACIONALIZACIÓN DE LOS POSGRADOS EN BRASIL: EL PROGRAMA CAPES PRINT (2018-2022)

El artículo analiza las políticas de internalización del posgrado con enfoque en el programa institucional de internalización – Programa Capes- Print. Tiene como presupuestos que el programa es una estrategia de inducción de la Capes, en un contexto de las políticas de ajuste fiscal y de aproximación de algunas universidades brasileñas al concepto de Universidad de Clase Mundial difundida por la OMC y Banco Mundial. Se trata de un estudio exploratorio a lo cual se realizó los siguientes procedimientos metodológicos: revisión bibliográfica, análisis de los documentos pertinentes a las becas concedidas y a los recursos invertidos en los años de 2018 y 2022. El estudio concluye que el Programa Print es altamente selectivo, beneficia los programas mejor conceptuados del Sistema Nacional de posgrado del país, aumentando cada vez más las asimetrías regionales, no cumpliendo, por lo tanto, con las demandas de internacionalización del posgrado brasileño en su conjunto.

**Palabras clave:** Política educacional. Educación superior. Internacionalización de la educación. Posgrado.

## Introdução<sup>1</sup>

Haja vista ser considerada como elemento de centralidade tanto para a produção e disseminação do conhecimento quanto para as atividades de pesquisa e interação entre pesquisadores, a temática da internacionalização tem adquirido centralidade nas dinâmicas da educação superior, elevando, assim, a sua qualidade. Para além disso, a internacionali-

zação é uma importante dimensão do sistema nacional de avaliação dos programas de pós-graduação.

Essa tendência se instrumentaliza, sobremaneira, por meio de medidas, tais quais: a formulação de acordos e redes de cooperação para a pesquisa; a produção de conhecimento; e a mobilidade estudantil e docente. Ante o exposto, o presente artigo objetiva analisar a internacionalização da pós-graduação no Brasil

<sup>1</sup> Texto revisado e normalizado por Cosmo Jadson Alves Leite e José Gilmarques Reinaldo de Souza.

a partir da perspectiva do Programa Institucional de Internacionalização CAPES-PrInt.

Na atualidade, a internacionalização da educação superior tem assumido uma posição central nas agendas políticas, econômicas e educacionais. As reivindicações de uma pós-graduação internacionalizada passaram a ser uma das estratégias mais importantes nos últimos tempos. Esse parâmetro tem sido observado como uma forma de buscar a qualidade desse nível de ensino referido, tendo em vista a sua importância na sociedade capitalista como vetor de inserção dos países na economia global.

No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é uma das instituições responsáveis pelo fomento à pós-graduação. Entre as suas competências, está a indução da internacionalização dos Programas de Pós-graduação e a avaliação classificatória dos programas. Nesse sentido, existe uma correlação entre o grau de internacionalização dos Programas, a concessão da nota máxima de avaliação e o financiamento da Pós-graduação.

Para analisar a temática, o artigo se estrutura em três seções: a primeira discute as principais concepções de internacionalização e sua reconfiguração para atender às demandas do mundo globalizado; a segunda analisa o Programa Institucional de Internacionalização – Programa CAPES-PrInt, como estratégia de internacionalização em contexto de redução do financiamento para a Pós-graduação; e a terceira apresenta alguns dados desse programa no período de 2018 a 2022, assim como analisa a sua relação com as universidades de Classe Mundial.

## Internacionalização da educação superior e sua reconfiguração no contexto de globalização

A internacionalização da educação superior não é um fenômeno novo. Entende-se que,

desde a criação das primeiras universidades, já havia mobilidade entre os estudantes dos diferentes países. Para Peixoto (2010, p. 32), a internacionalização é definida como “[...] o processo de integrar a dimensão internacional às funções de docência, pesquisa e serviço que as instituições de ensino superior desempenham”. Esse conceito compreende a internacionalização articulada às funções e atividades desempenhadas pelas instituições.

Historicamente, a incidência da internacionalização já era algo comum no campo da ciência política e das relações governamentais. Contudo, a recorrência do conceito em associação à política educacional remonta ao início da década de 1980 (Knight, 2003). Até o momento, a terminologia ‘educação internacional’ era aquilo que se dimensionava ao tratar do contexto que circunscreve internacionalizar a prática educativa.

A partir dos anos 1990, as discussões sobre a internacionalização passaram a ser marcadas por estudos de perfil interdisciplinar, que buscavam, em certa medida, explicar conceitos e definições para a educação internacional, e apresentar *frameworks* para o trabalho com a dimensão internacional da educação superior. No que tange à dimensão da educação superior, autores como Aigner *et al.* (1992), Warner (1992), e Johnston e Edelstein (1993) evidenciam uma miríade de referentes para a sua produção enquanto fenômeno de ordem social, tendo sido tratado como fundamental para essa temática o interesse para com a competitividade econômica internacional, em primeiro plano.

A polissemia do conceito passou a admitir novos relevos, estando associada ao relacionamento ensejado pelo contexto internacional para com a educação quanto à perspectiva comparativa, global e multicultural (Knight, 2003). A variedade de interpretações do termo é, necessariamente, proporcional à amplitude do interesse em sua institucionalização, notadamente articulada ao advento da globalização, ao passo que a expressão ‘internacionalização’

teve, à época, seu uso frequentemente associado, até mesmo, de forma intercambiável para com esta. Conforme elabora Knight (1994, p. 3, tradução nossa), a globalização, em paralelo conceitual com a internacionalização, é também “[...] utilizada como sinônimo para uma educação internacional, global, intercultural e multicultural”.

Preocupações para com o valor agregado que a dimensão internacional traria à educação superior também são tangenciadas, elaborando essa dimensão como fonte de vantagens competitivas para as instituições. Nesse aspecto, desenvolveu-se uma perspectiva complementar de análise sobre a internacionalização relacionada ao controle da sua qualidade, mediante a avaliação e, de forma superveniente, a acreditação. Com a integração da dimensão à sistemática pré-existente de avaliação do ensino superior, ou mesmo com a revisão destes instrumentos e sistemas, foram criadas novas determinações para avaliar políticas, programas e iniciativas nesse âmbito (Davies, 1992; Knight; De Wit, 1997).

De forma complementar, o debate sobre a dimensão internacional da educação é sobremaneira marcado pela incidência da racionalidade mercadológica capitalista (Aigner *et al.*, 1992; Davies, 1992). Não obstante, a perspectiva financeira, intrinsecamente relacionada ao recrudescimento do empreendedorismo acadêmico e ao comprometimento com a perspectiva intercultural (Davies, 1992), têm dado a tônica para os sentidos apreendidos pela internacionalização. Tal aspecto aloca a universidade e o trabalho acadêmico em um contexto mercantil, de intensificação do trabalho, produção de renda e financeirização orientada à comercialização das atividades internacionais das Instituições de Ensino Superior (IES).

Knight (1994) observa que isto acontece não tão somente enquanto movimentação profícua da acepção da competitividade nos modelos emergentes à época, mas, também, mediante ao ténue balanço fiscal que as universidades vivenciam, para além do que já se apregoava

quanto ao papel da internacionalização da educação superior como fator de garantia ao desempenho econômico das nações. A autora apregoa que, apesar da popularidade do argumento de viés econômico para o desenvolvimento da dimensão internacional da educação, muitos são os atores institucionais que “[...] se sentem desconfortáveis e veem com receio o fato de a agenda da universidade ser dirigida mediante interesses do campo dos negócios e da indústria” (Knight, 1994, p. 5).

Com o novo cenário de desenvolvimento mundial – principalmente o que se configura a partir da década de 1990 – e com os avanços de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para todos os campos da sociedade – inclusive, para a educação –, vemos novas demandas para a educação superior. Esta passa a ser tida como a responsável pela formação de indivíduos para a atuação nessa nova conjuntura, já que as modificações que ocorrem no campo educacional estão interligadas às mudanças do setor de produção. Morosini e Fernandes (2011) destacam que, nesse contexto, cada vez mais a educação superior ganha espaço; torna-se, então, uma exigência estratégica compreendê-la em seus movimentos e mudanças, pela força que esta demonstra trazer, imbricada para lidar com os problemas circundantes.

De forma a orientar a discussão, recorre-se ao conceito de internacionalização traçado por Knight (2008), que a define como “[...] processos de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou dimensão global, nos objetivos e nas funções do ensino superior” (Knight, 2008, p. 21, tradução nossa). Esta concepção compreende dimensões interligadas aos objetivos e às funções da educação superior. Atualmente, o conceito de internacionalização é visto sob nova perspectiva, adquire novos contornos e está diretamente ligada ao conceito de globalização.

Nesse aspecto, fundamentalmente, a dimensão internacional a ser agregada se vincula ao que a autora observa como “[...] uma pers-

pectiva, atividade ou serviço que aprovisiona um panorama internacional” (Knight, 1999, p. 2, tradução nossa) ao contexto educacional. Essas definições não prescindem do caráter da globalização enquanto força motriz para a internacionalização, conquanto, partem do pressuposto de que há diferenças entre os referidos conceitos, conforme evidenciam Knight e De Wit (1997) ao definir a globalização como

[...] o fluxo da tecnologia, economia, conhecimento, pessoas, valores [e] ideias... além-fronteiras. A globalização afeta a cada país em uma forma diferente devido às questões históricas, tradições, cultura e prioridades individuais de cada nação (Knight; De Wit, 1997, p. 6, tradução nossa).

Reiterando a asserção, é sensível o impacto da globalização na educação superior, o que se evidencia de forma significativa no bojo das relações mercantis e econômicas globalizadas. Outrossim, esse impacto se evidencia ainda nas demandas que essas relações evocam, com implicações para os currículos, os processos de ensino-aprendizagem, as qualificações necessárias para o mundo do trabalho, e as intersecções entre o campo educacional, os negócios e a indústria (Knight, 1999).

A esse respeito, Davies (1992) apregoa um redimensionamento do *ethos* universitário. Nisso, a postura das instituições para o alcance de um posicionamento em um mercado internacional altamente competitivo tem encaminhado as universidades para a incorporação de comportamentos empreendedores em um viés corporativo e estratégico. Esses comportamentos não necessariamente se alinham à perspectiva tradicional da universidade e sua cultura burocrática e missão, o que tem gerado tensões e disputas internas.

Diante do contexto global e da nova conjuntura da sociedade, em um mundo com intenso processo de interdependência, a internacionalização da educação superior se apresenta como uma categoria atual, impulsionada pelo processo de globalização. A internacionalização passa a ser vista como uma forma de inclu-

são da dimensão internacional da educação e da pesquisa, e é abarcada a partir de diferentes aspectos, assim como também é definida por diferentes terminologias, ou seja, apresenta-se com uma diversidade de termos.

No que tange à dimensão nacional das pesquisas sobre internacionalização, Castro e Cabral Neto (2012, p. 71-72) apresentam termos como: “[...] dimensão internacional, educação internacional, internacionalização da educação superior”. Além da terminologia já referida, ainda é possível encontrar na literatura pertinente formas como: educação internacional; cooperação internacional; educação transnacional; educação através das fronteiras; educação sem fronteiras. Já Azevedo (2015) destaca que o conceito de internacionalização está relacionado à solidariedade e à interculturalidade; já a transnacionalização está associada à mercantilização.

Para Azevedo (2015a, p. 87), “a transnacionalização da educação seria a oferta transfronteiriça de ensino, presencial ou a distância, por intermédio de organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro”. Este autor chama a atenção para o fato de existirem Instituições de Ensino Superior Privadas que têm ações cotadas em Bolsas, “[...] tendo participação de sociedades, associações e fundos de capitais de origem estrangeira”, o que também caracteriza uma modalidade de transnacionalização. Santos (2004, p. 27) enxerga na transnacionalização a forma por meio da qual se materializa a mercadorização da educação superior, havendo, para tal, a necessidade de se alterar o paradigma institucional da universidade e trocá-lo por um paradigma empresarial. Esse autor destaca que há um grande interesse em investir nessa área, considerada um “[...] dos mais vibrantes mercados do século XXI”.

Ainda no que se refere à transnacionalização, Maués e Guimarães (2019) afirmam que a educação superior, por essa via, é vista como forma de promover o desenvolvimento econômico de um país. Para além de ampliar

o número de pessoas com acesso a esse nível, a transnacionalização é capaz de reforçar as capacidades dos recursos humanos de um país, tornando-os mais produtivos e rentáveis.

Outro conceito compreende a internacionalização pela via da solidariedade e, nesse caso, o que fica evidente é a necessidade de “estabelecer uma amplitude nas dimensões intelectual, cultural, social, científica e tecnológica para a formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios do novo milênio” como infere Stallivieri (2004, p. 38), além de ampliar acordos interinstitucionais.

A autora compreende, assim, que, em razão da sua natureza e expressão, a internacionalização da educação superior se vê influenciada por diversos movimentos mundiais. Tais movimentos imprimem à sua caracterização nuances referentes às determinações e implicações da aceção deste processo nos sistemas-mundo, onde se estabelecem mobilizações tanto no sentido de fortalecimento da regionalização e nacionalismo, como também na perspectiva contrária, com enfoque na globalização. A essa instrumentalidade, soma-se o “[...] sistema de posições políticas e científicas do campo, que se consubstanciam no monopólio da *competência científica*” (Morosini; Dalla Corte, 2021, p. 36, grifos das autoras).

Uma das principais atividades que tem se observado nas universidades com relação à internacionalização da educação superior é o intercâmbio ou a mobilidade estudantil, que é aquela na qual o aluno matriculado em uma universidade permanece por alguns meses em uma instituição parceira de ensino superior, tendo os créditos cursados transferidos para a sua instituição de origem. O processo acontece através de um prévio contrato de estudos certificado pela instituição parceira após a realização do programa. Esta é uma das ramificações da internacionalização que mais salta aos olhos quanto às políticas voltadas para seu desenvolvimento e tem sido objeto de investigação de vários autores que discutem a temática.

Acerca das contribuições que a mobilidade acadêmica oferece aos sujeitos participantes, a mobilidade é uma possibilidade de os estudantes poderem contar com uma melhor infraestrutura de laboratórios, bibliotecas, assim como o enriquecimento cultural, que, na maioria das vezes, os estudantes não teriam condições se não fosse o financiamento destinado às bolsas.

Condizente com essa afirmação, Pontes (2018) também salienta que, para os sujeitos participantes, a vivência proporcionada pela mobilidade acadêmica é de extremo valor para o desenvolvimento pessoal e até profissional dos envolvidos, de modo que, em sua maioria, os participantes aproveitam a oportunidade que é estudar no exterior e se destacam ainda mais no âmbito acadêmico. Verifica-se que a mobilidade é uma tendência crescente no meio acadêmico e um importante passo para os sujeitos que estão amadurecendo na formação acadêmica, principalmente no atual contexto de globalização, no qual a troca de experiências e o conhecimento de última geração fazem diferença nos perfis profissionais. Não obstante, é notório que:

A mobilidade estudantil internacional desempenha, nesse contexto um papel central na internacionalização do ensino superior, pois promove a interação e compreensão das diferenças culturais entre os países, além de impulsionar a formação e inovação nas diferentes áreas do conhecimento. É um reflexo da educação no atual estágio que se encontra a sociedade, embora se saiba que não é um fenômeno recente na história visto que já havia contato intercultural entre os povos antigos (Silva, 2016, p. 169).

Percebe-se que a mobilidade estudantil é fruto das relações internacionais, pois, segundo Castro e Neto (2012, p. 77), a mobilidade “não envolve, apenas, o movimento de deslocamento; ela é muito mais ampla, pois é social e envolve estruturas, meios, culturas e significados”. Não se trata apenas da realização de estudos em outro país por parte do estudante, mas, compreende a relação internacional em outros aspectos interliga-

dos, como o social e o cultural, assim como estudar no exterior para obter oportunidades de trabalho globais (empresas multinacionais e transnacionais).

Oliveira e Castro (2013, p. 5) acrescentam que, no que se refere ao processo de internacionalização, ficam evidentes e claros os pontos positivos, mencionados pelas autoras: “[...] a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa local/nacional nos países em desenvolvimento e a possibilidade de troca de experiências e de conhecimentos entre os pesquisadores e as nações”. Nesse contexto, a mobilidade estudantil se torna uma forma de intercambiar os conhecimentos, contribuindo, assim, para que os países em desenvolvimento se insiram no mercado globalizado e também para estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico, tecnológico e do pensamento reflexivo dos sujeitos, visando desenvolver o entendimento do homem e do contexto em que ele está inserido.

Todavia, segundo Oliveira e Castro (2013), a internacionalização também tende a promover uma homogeneização da educação superior, influenciada pela globalização que impera na sociedade. Esse fato apresenta um lado negativo, pois desconsidera as especificidades e diversidades que cada região possui. Além disso, outro fator que contribui para essa homogeneização são os marcos regulatórios produzidos na comunidade europeia, que objetivam a formação educacional superior comum. Segundo Ferreira e Oliveira (2010),

[...] essas mudanças e movimentos têm como meta a atratividade internacional de estudantes e pesquisadores tanto interna como externamente, assim como a adaptação da formação da graduação ao mercado de trabalho, visando alavancar e tornar a União Europeia mais competitiva no mercado global (Ferreira; Oliveira, 2010, p. 56).

Castro e Cabral Neto (2012) também evidenciam que a internacionalização, no atual contexto, emerge das instâncias políticas e econômicas e não de contextos universitários.

Sobre esse aspecto, Dias Sobrinho (2005) faz uma crítica ao afirmar que, no passado, as universidades eram pensadas por intelectuais de peso. Hoje em dia, quem determina o que deve ser uma universidade para países subdesenvolvidos e em desenvolvimento são os economistas e funcionários dos organismos multilaterais.

Se, antes, a preocupação era a formação integral dos sujeitos, ou a produção conhecimento para questões civilizatórias, hoje, a preocupação é com o aspecto financeiro, com os gastos e as questões econômicas de modo geral. Essa questão se dá pelo fato de que

[...] como a competitividade internacional exige altos níveis de performatividade na pesquisa, capacidade em domínios científicos e tecnológicos especiais, para os quais os países pobres e emergentes ainda se encontram muito pouco preparados, é comum que as universidades, com pouco apoio dos governos e quase nenhum das pequenas empresas nacionais, acabem abandonando os esforços na construção de conhecimentos como bem civilizacionais e passem a promover competências técnicas e a adotar práticas adequadas ao desenvolvimento dos mercados a que estão ligados (Dias Sobrinho, 2005, p. 123).

De acordo com essa relação, percebe-se que a internacionalização na educação superior não ocorre da mesma forma nos países, nas regiões e nas instituições e que, atualmente, faz parte das transformações que ocorrem no setor produtivo, com repercussões para a educação enquanto fator de emergência para o desenvolvimento de instituições e nações.

O processo de internacionalização definitivamente deixou de ser uma novidade e, atualmente, encontra-se consolidado mundialmente, inclusive, mediante a indução de políticas públicas e estratégias nacionais destacadamente nos países de economia central. Defende-se, portanto, que essa tendência seja ampliada e fomentada nas instituições de educação superior em escala global, para que possa contribuir com o alargamento das fronteiras acadêmicas, na lógica da educação enquanto



direito inalienável de todas as pessoas, buscando-se a emancipação humana e social.

## O Programa Institucional de Internacionalização - Capes Print como estratégia de internacionalização

A Capes, enquanto agência de fomento à pós-graduação, é a principal entidade da Administração Indireta brasileira a instrumentalizar a indução da internacionalização da pós-graduação por meio de editais, financiamento de bolsas e também por meio de programas de cooperação bilateral/multilateral entre países e mobilidade internacional. Vários Programas foram implementados pela Capes ao longo do seu desenvolvimento. Merecem destaque o Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE), assim como o Ciências Sem Fronteiras (CsF), criado em 2011, no governo da presidente Dilma Rousseff, e considerado o maior Programa de Mobilidade Internacional que fomentou bolsas de estudo na graduação e na Pós-graduação.

Após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2011-2016), em um contexto de aprofundamento da austeridade fiscal, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95/2016<sup>2</sup>.

2 A EC 95/2016 foi instituída mediante o resultado das Propostas de Emenda Constitucional (PEC) de número 241 e 55, que oportunizaram, após aprovação, na inserção de vários dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na instituição de novo regime fiscal, limitando os gastos para o governo federal nos próximos 20 anos, com vigência até 2036. Em síntese, o teto de gastos públicos fixado para o exercício de 2017, e dos anos a seguir, se referencia no orçamento apontado em 2016, com o acréscimo das correções monetárias referentes ao acúmulo da inflação observada no respectivo ano anterior ao novo exercício a ser iniciado. No que concerne às pautas da educação e saúde, o ano-base para esta vinculação foi 2017, com aplicação efetiva em 2018 (Mariano, 2017). Conforme evidencia Mariano (2017, p. 260-261), "será fixado, para cada exercício, um limite individualizado para a despesa primária total (que corresponde ao montante da despesa total antes do pagamento dos juros da dívida) do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, cabendo a cada um deles a responsabilidade

Esta emenda estabeleceu o novo regime fiscal, congelando os investimentos para as políticas sociais em 20 anos, e impactando diretamente as políticas educacionais e, em especial, o financiamento das universidades públicas em todos os setores.

Os cortes orçamentários reverberaram em programas, projetos e bolsas estudantis tanto em âmbito nacional quanto internacional, com repercussão nas ações de internacionalização, agravados com a pandemia da Covid-2019. Com essa redução orçamentária, a Capes redefiniu o financiamento de bolsas para internacionalização da pós-graduação, criando novas estratégias, mais seletivas e cada vez mais restritivas para o envio de estudantes para o exterior.

A partir do esforço conjunto da comunidade acadêmica e entidades da pós-graduação nacional, como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (FOPROP), o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da Capes (CTC-Capes), e a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI) (Oliveira, 2019), a Capes elaborou o programa Capes Print, com a finalidade de atender à necessidade das IES e da pós-graduação brasileira no que tange à internacionalização. Assim, a Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017, instituiu o Programa Institucional de Internacionalização (Print). Segundo a Portaria, havia a necessidade de fortalecer a política de internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa brasileiros, com foco em Programas de Pós-Graduação, e a necessidade de se estabelecer e de se consolidar polos de excelência em termos de produção científica, tecnológica e acadêmica no Brasil.

de pelo estabelecimento do seu limite. Aumentos reais do limite estão vedados, pois, de acordo com o § 3.º, inciso II desse mesmo artigo 102, nos exercícios posteriores a 2017, o limite dos gastos corresponderá ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Aplicado - IPCA (e assim sucessivamente)."



O Capes Print se tornou o principal instrumento de internacionalização dos programas de Pós-graduação, por meio de redes de pesquisas internacionais, promoção da mobilidade acadêmica, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes. Segundo Oliveira (2019), quando o edital do Capes Print foi lançado (Edital nº 41/2017), 19% do orçamento da Capes estava destinado para ações de cooperação internacional e internacionalização.

Esses 19% do orçamento evidenciam a importância da internacionalização no planejamento da Fundação e o peso que ela possui frente a outras agências e fundações de fomento nacionais, uma vez que só o orçamento para ações de internacionalização da CAPES, equivalente a R\$ 942.268.664 no ano de 2017, correspondeu a 57% do orçamento total do CNPq e 70% do orçamento total da FAPESP (Oliveira, 2019, p. 76).

Oliveira (2019) ainda menciona algumas motivações para a criação do programa:

O CAPES-PrInt surge como um componente voltado a atender necessidades de aumento do crescimento e da produtividade nacionais por meio da internacionalização da educação, assim como possui a ideia de promover uma dimensão internacional para o ensino e para a pesquisa, em prol do fortalecimento institucional, aumento de status e aprimoramento da qualidade da pesquisa na pós-graduação brasileira (Oliveira, 2019, p. 112).

O Capes Print foi, portanto, uma iniciativa da Capes para impulsionar a internacionalização da educação superior de acordo com a realidade das IES brasileiras. Segundo o relatório da Capes de 2017 (Brasil, 2017), as IES necessitam se tornar mais proativas no seu processo de internacionalização e, dessa forma, beneficiarem-se da apropriação dos conhecimentos adquiridos no exterior; considerando, também, o impacto no setor produtivo desde o fomento ao desenvolvimento tecnológico e à inovação. De acordo com o Edital nº 41/2017, que previa a seleção de quarenta projetos de internacionalização, o objetivo do Print é:

1. Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de interna-

2. Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação;
3. Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas;
4. Promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu com cooperação internacional;
5. Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional;
6. Integrar outras ações de fomento da CAPES ao esforço de internacionalização (Brasil, 2017, s. p.).

Diante desse contexto, 109 Instituições de Educação Superior (IES) responderam ao Edital nº 41/2017 Capes Print enviando propostas com seus planos de internacionalização da pós-graduação para o concurso de um fundo de R\$300 milhões anuais, a serem aplicados no decorrer de quatro anos, ultrapassando a casa de R\$1 bilhão (a previsão para o ano de 2018 era de R\$150 milhões). Podiam concorrer ao Edital as IES com, pelo menos, quatro programas de pós-graduação (pelo menos, dois cursos de doutorado), recomendados pela Capes na última Avaliação Quadrienal 2017 (com notas não menor do que quatro).

Apesar de possuir um financiamento bem abaixo em comparação ao Programa Ciências sem Fronteiras, por exemplo, o Capes Print foi esperado pela comunidade acadêmica com muita expectativa, tendo em vista que, após os cortes orçamentários de 2015, essa era a possibilidade de obtenção de recursos financeiros. As modalidades contempladas pelo Edital nº 41/2017 foram: (i) missões de trabalho no exterior e individuais; (ii) recursos para manutenção de projetos bolsas no exterior (doutorado sanduíche, professor visitante sênior e júnior, capacitação em cursos de curta duração no exterior); (iii) bolsas no país e ações internacionais de custeio propostas pelas IES.

De acordo com o Edital nº 41/2017, para participarem do Capes Print, as IES tinham

que: (i) submeter um Projeto Institucional de Internacionalização (PII) por meio de um proponente, denominado gestor (obrigatoriamente um Pró-Reitor (a) de Pós-Graduação da instituição, ou titular de posição análoga conforme a estrutura institucional), o qual deveria ter vínculo empregatício permanente com a Instituição, não podendo ter vínculo temporário; (ii) ter ao menos 4 PPGs *stricto sensu* recomendados pela CAPES na avaliação trienal de 2013 e na avaliação quadrienal de 2017; e (iii) ter um Plano Institucional de Internacionalização com vigência que abrangesse o período do PII proposto.

Os Projetos Institucionais de Internacionalização deveriam obedecer a uma estrutura pré-definida pela CAPES, dividida em três seções: I. Dados do Grupo Gestor e membro (s) estrangeiro (s); II. Diagnóstico da instituição; III. Cadastro do Projeto Institucional com objetivo geral; temas e objetivos específicos; as ações e indicadores, quais PPGs estavam envolvidos em cada temática, bem como quais países parceiros que integrariam os projetos de cooperação internacional; Contrapartidas e Informações complementares.

A exigência de uma ação estruturada e planejada pelas instituições para a internacionalização tinha como fato positivo a necessidade de superar as ações individuais e fragmentadas que deram a tônica do Projeto Ciências sem Fronteiras. No entanto, trazia, na sua concepção, um fator bastante negativo, que era o fato de não contemplar todos os Programas integrantes do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), tornando-se, assim, muito limitado e restritivo.

Após a avaliação de mérito acadêmico e científico dos Projetos, foram selecionados 36 Projetos Institucionais de Internacionalização. Foram aprovadas 28 instituições públicas de ensino superior, sendo 24 federais e 4 estaduais, que representam cerca de 78% das instituições aprovadas. Os demais Projetos foram divididos entre as IES particulares (5), Institutos Públicos (2, um federal e outro

militar federal), e 1 fundação pública federal. O maior número de IES públicas aprovadas corrobora o fato de que estas universidades têm um processo de internacionalização mais avançado, evidenciando os seus protagonismos nas parcerias internacionais, publicações científicas e mobilidade acadêmica (Teixeira *et al.*, 2021).

Das 36 instituições selecionadas, 20 estão localizadas na região Sudeste, 8 na região Sul, 6 na região Nordeste, e 2 na região Centro-Oeste. A região Norte não teve nenhuma IES aprovada. Ressalta-se que a região Sudeste concentra o maior número de IES no Brasil. Ademais, deve-se considerar que o SNPG nasceu de iniciativas que tiveram origem na região Sudeste (Morosini; Nez, 2020 p. 87). Uma das críticas ao Capes Print foi esse perfil elitista das instituições aprovadas, pois passou a impressão de que apenas grandes universidades no Brasil tem a oportunidade de se internacionalizar. Não obstante, foi um processo seletivo que exigiu organização e coesão das instituições candidatas, conforme indicado por Oliveira (2019):

O anseio por maior protagonismo das instituições na tomada de decisões sobre seu fomento, levou a um programa que exige delas um projeto amplo, no qual indicam o que querem e o que será feito com o recurso recebido. A abordagem de internacionalização adotada para o programa lança ideias que norteiam a forma e o foco da apresentação desse projeto institucional. O primeiro objetivo do edital “Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas” ressalta a característica abrangente e estratégica do projeto a ser apresentado (Oliveira, 2019, p. 134).

Ademais, o documento Universidades para o Mundo: estratégias e avanços no caminho da internacionalização 2019, do *British Council* (2019)<sup>3</sup>, com base no edital Capes Print, compilou os principais indicadores de avaliação para seleção das propostas de internacionalização

<sup>3</sup> O *British Council* é a organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais nas áreas de língua inglesa.

das IES, e concluiu que o perfil dos Programas selecionados obedeceu aos seguintes critérios:

Programas de pós-graduação com notas 5, 6 e 7; Qualidade da produção científica intelectual; Parcerias internacionais; Estrutura institucional; Viabilidade de execução da proposta; Atuação no Brasil e no exterior; Coerência entre tema, objetivos e ações propostas para o projeto; Estratégias e políticas inovadoras; Relevância dos temas propostos e modelo institucional de gestão; Impacto da proposta para a internacionalização da instituição (British Council, 2019, p. 19).

Não obstante, Oliveira (2021) destaca que:

[...] trata-se de um edital competitivo, que estimula a concorrência, e, baseado na meritocracia, possui um caráter altamente seletivo e excludente, em relação tanto às áreas do conhecimento quanto às instituições e aos destinos contemplados para o exercício do intercâmbio (Oliveira, 2021, p. 168).

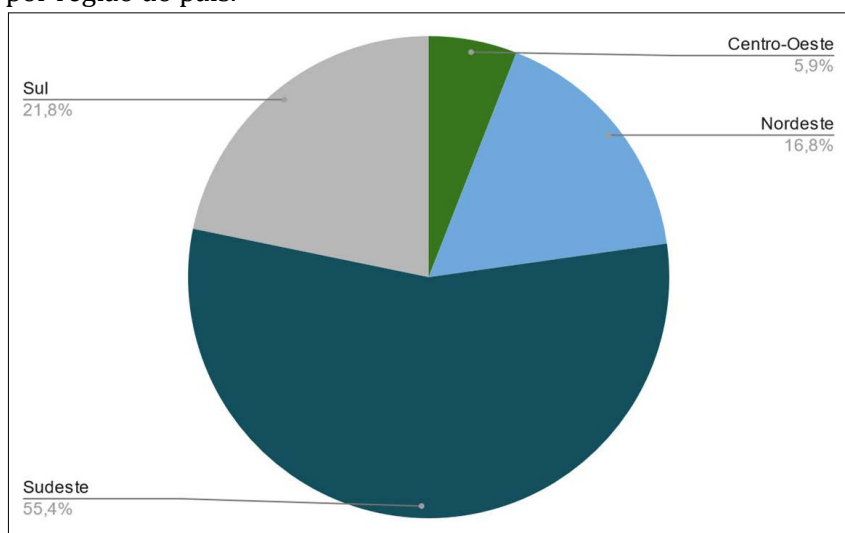
O Capes Print, em seu atual formato, é uma política de internacionalização que reflete as medidas mais estritamente relacionadas ao projeto de Estado neoliberal, de cortes de gastos com ciência e pesquisa, assim como de focalização desses gastos. Incide direta

e negativamente na promoção dos acordos de cooperação em algumas áreas, como a de Educação. Oliveira (2021) aponta que a internacionalização dos programas, especialmente de Ciências Humanas e Sociais, fica cada vez mais a cargo das iniciativas individuais de seus pesquisadores ou das instituições de educação superior e seus programas.

## O Programa Capes Print e a mobilidade acadêmica internacional

No que se refere à mobilidade acadêmica internacional e às IES selecionadas no Capes Print, nota-se que são escolhidas aquelas que são sedes da maioria dos programas de pós-graduação com excelência certificada pelos conceitos/notas 6 e 7, reservados pela Capes aos programas de pós-graduação avaliados como internacionalizados. Das 36 instituições selecionadas<sup>4</sup>, 20 estão localizadas na região Sudeste, 8 na região Sul, 6 na região Nordeste e 2 na região Centro-Oeste, como apresenta a figura abaixo. A região Norte não teve nenhuma IES aprovada.

**Figura 01:** Percentual de IES participantes do programa CAPES Print por região do país.



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

4 As IES selecionadas são: UFMS; UnB; UFBA; UFC; UFPB; UFPE; UFRN; UFRPE; FVG/RJ; FIOCRUZ; INPE; ITA; PUC-RIO; UERJ; UFABC; UFES; UFF; UFLA; UFMG; UFRJ; UFSCAR; UFU; UFV; UNESP-REITORIA; UNICAMP; UNIFESP; UPM; USP; FURG; PUC-RS; UFPEL; UFPR; UFRGS; UFSC; UFSM; UNISINOS.

Ressalta-se que a região Sudeste concentra o maior número de IES no Brasil. Esse programa buscou atender à demanda por financiamento à internacionalização, com maior autonomia das universidades, mas com um

volume de recursos muito inferior ao que foi gasto no Programa Ciências sem Fronteiras – apesar de o Print ser um programa menos abrangente. Os seguintes dados corroboram esse fato:

**Tabela 01:** Número de bolsas concedidas a estudantes e pesquisadores pelo Print (2018-2022)

NATUREZA DO BENEFÍCIO	QUANTIDADE
Bolsas	6.080
Auxílio a pesquisadores	659
<b>TOTAL</b>	<b>6.739</b>

**Fonte:** Plataforma *online* da CAPES (2023).

Em cinco anos de programa, apenas 6.739 bolsas foram fomentadas. Em síntese, esse montante corresponde a uma ínfima quantidade de bolsas para a mobilidade acadêmica internacional, comparado à dimensão da pós-graduação brasileira. De maneira a ilustrar a seletividade aportada nos números do Print, evidencia-se que, em outros programas que detinham em seu objeto a internacionalização, majoritariamente via mobilidade internacional, o volume de bolsas era nomeadamente maior.

Ao se tomar como exemplo o CsF, percebe-se a disparidade entre as oportunidades oferecidas. Conforme dados da pesquisa de Pontes (2018), a previsão de oferta de bolsas do programa era de 101.000 bolsas, com 75.000 bolsas a serem financiadas pelo Governo Fede-

ral, e 26.000 pela iniciativa privada. Até o ano de 2015, 92.880 bolsas haviam sido realmente implementadas.

Destarte, o volume de bolsas do Print representa um número diminuto de bolsas em cotejo com a realidade dos programas para mobilidade internacional de outrora. Ao fazer a comparação entre os dois programas, fica evidente o caráter restrito e seletivo do Programa Print, que estabelece a competitividade entre as IES. O CsF apresentou um caráter mais inclusivo de internacionalização, possibilitando uma maior participação de alunos e professores em programas de mobilidade para o exterior, independente da classificação do programa de pós-graduação. A diferença no valor em real investido em cada programa também é substancial, como mostra o quadro a seguir:

**Quadro 01:** Total de recursos financeiros investidos pelo CAPES Print de 2018 a 2022

NATUREZA DO BENEFÍCIO	QUANTIDADE	VALOR PAGO (R\$)
Bolsas	6.080	R\$ 373.354.529,67
Auxílio a pesquisadores	659	R\$ 132.924.438,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.739</b>	<b>R\$ 506.278.967,67</b>

**Fonte:** Plataforma *online* da CAPES (2023).

Com relação ao CsF, o volume de recursos gastos com o Capes Print também é substancialmente inferior, sendo 506 milhões investidos no Print, comparados aos 13,2 bilhões,

entre 2011 e 2017, do CsF (Pontes, 2018). Registra-se a quantidade mínima investida em auxílio a pesquisadores no valor de aproximadamente 133 milhões de reais.

Outro aspecto importante que pode ser identificado na concepção do Programa Capes Print é a sua aproximação ao conceito de Universidade de Classe Mundial (UCM), defendido pelo Banco Mundial. Segundo Silva Junior (2017), o conceito de *World Class University* é polissêmico e implica que, se o país adotar esse sistema, terá um sistema de educação superior bastante heterogêneo, tendo, nas UCM, a elite de suas instituições neste nível educacional.

O Banco Mundial, em seu relatório *The Challenge of Establishing World-Class Universities* (2009), busca caracterizar e induzir os países a um tipo de universidade de pesquisa internacionalizada, que agregue valor à economia do país e seja financiada pelo fundo público e privado, assim como avaliada por indicadores, cuja predominância seja de racionalidade econômica.

De acordo com Altbach *et al.* (2010), a concepção de UCM se tornou um slogan para o desenvolvimento da capacidade de competição em um mercado global de educação superior, o que vai ao encontro da perspectiva de classe mundial desenvolvida no âmbito da administração. Sendo assim,

“[...] a Universidade de Classe Mundial não está relacionada simplesmente a um ‘termo da moda’ [...], mas tem como objetivo desenvolver a capacidade necessária para competir no mercado global de ensino superior, através da aquisição e criação de conhecimento avançado” (Salmi, 2009, p. 17).

Tais características, por sua vez, também compõem, essencialmente, as metodologias dos principais *rankings* internacionais, o que indica que os ranqueamentos estão alinhados a uma determinada concepção de qualidade e excelência, expressa no modelo de UCM. Compreendemos que há vínculos estreitos entre os *rankings* internacionais da educação superior e a concepção/modelo de UCM ou de Excelência, uma vez que a competitividade – cerne da busca pelo selo ou rótulo de excelência acadêmica e científica – é instrumentalizada pelos *rankings*. Assim, esses instrumentos de

avaliação “medem e dão peso às características nas quais as universidades de classe mundial se sobressaem” (Santos, 2015, p. 57).

A emergência do conceito de universidade de classe mundial tem estreita vinculação com a divulgação dos rankings acadêmicos internacionais. Ambos foram rapidamente aceitos no Brasil, apesar das críticas aos rankings por questões técnicas e políticas, questão que não aconteceu com as UCM. A legitimação quase automática deste modelo chama atenção em um país cujas metas para a educação superior deveriam priorizar a inclusão de maior número de alunos na educação superior. A pertinência do modelo UCM sequer é discutida em âmbito nacional, mas, mesmo que as universidades brasileiras obtivessem financiamento de outras fontes (Ciência e Tecnologia), e não somente dos recursos destinados à educação, dificilmente seriam alçadas ao patamar de Universidade de Classe Mundial, principalmente com o corte de gastos decorrentes das políticas governamentais atuais. Nesse cenário, é improvável que esse seja um modelo viável para o país, a curto prazo.

Segundo Thiengo e Bianchetti (2018),

“[...] a concepção de UCM vai tornando-se um modelo global, expressão do aprofundamento da diferenciação da educação superior e rendição ao mercado elevada ao paroxismo, sendo esta uma tendência que ganha força em detrimento da concepção de universidade enquanto espaço de formação” (Thiengo; Bianchetti, 2018, p. 188).

Essa concepção de UCM está intrinsecamente relacionada à perspectiva da Agenda Globalmente Estruturada para Educação (AGEE). Tal agenda parte do princípio de que as políticas nacionais são, em essência, pouco mais do que interpretações de versões ou guiões que são informados por instâncias multilaterais, e recebem a sua legitimação de ideologias, valores e culturas de nível mundial.

Alguns autores falam sobre essa agenda com diferentes denominações e visões. Dale (2004) a nomeia de Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE). Akkari (2011) a de-

nomina de internacionalização das políticas educacionais; posteriormente, passou a tratá-la como agenda internacional para a educação.

Segundo Dale (2004), a concepção de globalização da AGEE é de um conjunto de dispositivos político-econômicos para a organização da economia global, conduzido pela necessidade de manter o sistema capitalista, mais do que qualquer outro conjunto de valores. A adesão aos seus princípios é veiculada através da pressão econômica e da percepção do interesse nacional próprio.

O conceito de AGEE mostra como é que uma nova forma de força supranacional afeta os sistemas educativos nacionais. Lobo (2021) afirma que, por meio de pressões econômicas e políticas globais, impõe-se a necessidade de adesão a esses princípios e os estados respondem a essas pressões reformando as suas agendas, porque as ligações entre as mudanças na economia mundial, e as mudanças na política e na prática educativa, estão postas.

Assim, as agendas nacionais para a educação são formadas sob forças supranacionais. Essas forças exercem influência sobre o Estado e o seu modo de governação educacional, não somente no estabelecimento das políticas educativas e da determinação dos conteúdos, ou da política curricular, mas, também, na associação do financiamento e da regulação na provisão da educação.

Destaca-se que as agendas têm especificidades locais e não repercutem em todos os Estados nações da mesma forma. Além do mais, e “[...] isto é crucial, o padrão da governação educacional permanece em grande parte sob o controlo do estado, contudo novas e cada vez mais visíveis formas de desresponsabilização estão a prefigurar-se” (Dale, 2004, p. 440).

Nota-se, com isso, que, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, com os avanços da globalização impulsionados pelas TICs nos moldes dos ideais neoliberais, a educação, a produção do conhecimento e as instituições de educação superior, acompanharam e se moldaram a essas transformações. Isso aponta

para uma necessidade de superação da forma de Estado atual (neoliberal) e suas sérias consequências econômicas, sociais e políticas.

## Considerações finais

A internacionalização é uma dimensão que acompanha o desenvolvimento da educação superior, embora sofra uma reconfiguração em momentos históricos, tendo como fundamento a concepção de estado e de mundo. Nesse sentido, as mudanças que ocorrem na sociedade propiciam novos desafios e mudanças para educação superior e para a internacionalização desta.

Na atualidade, a tônica da internacionalização é a do mundo globalizado e de políticas neoliberais, com redução do papel do estado no financiamento dessas políticas. Nesse contexto, a mercantilização da educação assume função primordial, e a ideia de internacionalização enquanto uma rede de solidariedade e desenvolvimento cooperativo entre os países perde espaço, para uma internacionalização mais competitiva, que estimula a hierarquização das universidades e dos Programas de Pós-Graduação.

No Brasil, o atual Programa Institucional de Internacionalização – Capes Print sintetiza essa nova tendência da pós-graduação brasileira. Elaborado tendo como referência o conceito de excelência das Universidades de Classe Mundial disseminados pelos organismos internacionais – entre eles, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) –, objetiva criar universidades de pesquisa internacionalizada capazes de produzir conhecimentos que possibilitem aos países competirem no mercado global.

Os dados concernentes ao Capes Print indicam que este foi implantado no Brasil em um contexto de ajuste fiscal e cortes em todo o campo educacional e, em particular, no financiamento da pesquisa e das bolsas de pós-graduação, que viu o número de bolsas ser reduzido ao mínimo, e a competição entre



as universidades, para participarem de um programa com financiamento para a internacionalização, aumentadas ao máximo. Dessa forma, o Capes Print não tem contribuído para consolidar o conceito de internacionalização solidária entre as instituições e entre os Programas de Pós-graduação, pelo contrário, a sua execução tem aprofundado, cada vez mais, as assimetrias, e contribuído para a formação de uma universidade de elite baseada em parâmetros de excelência e de produtividade.

## REFERÊNCIAS

- AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais**: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.
- AZEVEDO, M. L. N. de. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privadomercantil. **Revista Internacional de Educação Superior (RIESup)**, Campinas, v. 1 n. 1 p. 86-102, jul./set. 2015.
- AZEVEDO, M. L. N. Internacionalização ou transnacionalização da educação: A cooperação acadêmica internacional: recurso estratégico para transformação da educação superior. *In*: CASTRO; A. M. D. A.; BARBALHO, Maria Goretti Cabral. **Políticas de Expansão da Educação Superior**: dimensões, cenários e perspectivas. Natal, EDUFRRN. 2015a, p. 139-156.
- AIGNER, J. S.; NELSON, P.; STIMPFL, J. R. **Internationalizing the University**: making it work. Springfield: CBIS Federal, 1992.
- BRASIL. **Programa Institucional de Internacionalização – CAPES - PrInt**. Ministério da Educação. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- BRASIL. **A internacionalização nas Universidades Brasileiras**: Resultados do Questionário aplicado pela CAPES. Ministério da Educação. Brasília: Diretoria de Relações Internacionais/CAPES, 2017. 51 p. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/a-internacionalizacao-nas-ies-brasileiras-pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- BRASIL. **Edital n. 41/2017 - Programa Institucional de Internacionalização - CAPES-PrInt**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017Edital412017InternacionalizacaoPrInt2.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- CASTRO, A. M. D. A.; CABRAL NETO, A. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, n. 21, p. 69-96, out. 2012.
- DAVIES, J. L. Developing a Strategy for Internationalization in Universities: Towards a Conceptual Framework. *In*: KLASEK, C. (Ed.). **Bridges to the Future**: Strategies for Internationalizing Higher Education. Carbondale, IL: Association of International Education Administrators, 1992, p.177-189.
- DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a 312 educação”? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvwz9hngDXK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 maio. 2023.
- DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**: a sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?. São Paulo: casa do Psicólogo, 1. Ed. 2005.
- FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. de. As Reformas da Educação Superior no Brasil e na União Europeia e os novos papéis das universidades públicas. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010.
- JOHNSTON, J.; EDELSTEIN, R. **Beyond Borders**: Profiles in international education. Washington, DC: Association of American Colleges and American Assembly Collegiate, 1993.
- KNIGHT, J. Internationalization: Elements and Checkpoints. **CBIE Research n.7** - Canadian Bureau for International Education, 1994.
- KNIGHT, J. **A time of turbulence and transformation for internationalization** (Research Monograph, No. 14). Ottawa: Canadian Bureau for International Education, 1999.



- KNIGHT, J. **Updating the definition of internationalization**. International Higher Education. p. 2-3, 2003.
- KNIGHT, J.; DE WIT, H. (Eds.). **Internationalization of higher education in Asia Pacific countries**. Amsterdam: European Association for International Education, 1997.
- KNIGHT, J. **Higher Education in Turmoil: The Changing World of Internationalization**. Toronto: Sense Publishers/University of Toronto, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/347784517\\_Higher\\_Education\\_in\\_Turmoil\\_The\\_Changing\\_World\\_of\\_Internationalization](https://www.researchgate.net/publication/347784517_Higher_Education_in_Turmoil_The_Changing_World_of_Internationalization). Acesso em: 30 de ago. 2023.
- MARIANO, C. M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 4, n. 1, p. 259-281, 2017.
- MAUÉS, O. C.; GUIMARÃES, A. R. A educação superior na esteira da internacionalização. **RBPAE**, v. 35, n. 2, p. 307-328, maio/ago. 2019.
- MOROSINI, M.; DALLA CORTE, M. G. Internacionalização da Educação Superior. In: MOROSINI, M. (Org.). **Enciclopédia brasileira de educação superior**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021, p. 35-170.
- MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Educação Superior: universidade e o projeto de formação cidadã. **Educação**. Santa Maria, v. 36, n. 3, p. 465-482, set./dez. 2011.
- MOROSINI, M. C.; NEZ, E. Programa Institucional de Internacionalização (Print): análises frente a uma pandemia. **Debates em Educação**, v.12, n. 28, p.77-94, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n28p77-94>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- OLIVEIRA, C. S. **A internacionalização do Ensino Superior no Brasil por meio da ação da Capes: a cocriação do programa CAPES-PrInt**. 233 f. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília. Brasília, 2019.
- OLIVEIRA, L. M. da C. F.; CASTRO; A. M. D. C. **Internacionalização da Educação Superior: a mobilidade estudantil na pós-graduação brasileira**. 2013. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/LarissaMariaDaCostaFernandesOliveira-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 30 de ago. 2023.
- OLIVEIRA, L. M. da C. F. **A política de internacionalização da pós-graduação brasileira: um estudo em programas de educação da região nordeste**. 279 f. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2021.
- PEIXOTO, M. do C. de L. Educação como bem público, internacionalização e as perspectivas para a educação superior brasileira. Xamã: São Paulo, 2010. p. 29-35. In: OLIVEIRA, J. F. de; CATANI, A. M.; JÚNIOR, J. dos R. S. (Orgs). **Educação superior no Brasil: tempos de internacionalização**. Xamã: São Paulo, 2010.
- PONTES, L. B. **O Ciência Sem Fronteiras na Universidade Federal Rural da Amazônia: perspectivas entre a internacionalização da educação superior e a política de ciência, tecnologia e inovação**. 155 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- SALMI, J. **El desafío de crear universidades de rango mundial**. Colômbia: Mayol (Banco Mundial), 2009.
- SANTOS, S.M. **O desempenho das universidades brasileiras nos rankings internacionais: áreas de destaque da produção científica brasileira**. 344 f. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SILVA, J. S. da. **Internacionalização da Educação Superior: um estudo da mobilidade em cursos de graduação da UFRN no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras (2012-2014)**. 186 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- TEIXEIRA, L. I. L.; SOARES, M. E.; OLIVEIRA JÚNIOR, M. A. C.; BARROSO, E. dos S. S.; RODRIGUES, M. do S. de S. Internacionalizar para quê? As razões de instituições públicas de Ensino Superior no Ceará. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação** 70 Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4820>. Acesso em: 21 de ago. 2023.
- THIENGO, L.; BIANCHETTI, L. Universidades de Classe Mundial e a ideologia da excelência: tendências globais e locais. **Rev. Educ. Pers-**

**pec.** Viçosa, MG v.9 n.1 p. 241-258, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/7055>. Acesso em: 30 de ago. 2023.

WARNER, G. Internationalization Models and the Role of University. **International Education Magazine**. p. 21, 1992.

*Recebido em: 15/09/2023*  
*Aprovado em: 22/12/2023*



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.